

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PESQUISA INSTITUCIONAL: VIVÊNCIAS E APRENDIZAGEM POR/EM GRUPO DE PESQUISA

Richéle Timm dos Passos da Silva¹
Maria Elly Herz Genro²

Introdução

A sociedade hipermoderna caminha, corre, mas nem sempre sabe para onde vai. Hiperproduz e hiperconsome, mas nem sempre hipercompreende o que está fazendo, para quê e para quem faz. Em meio a essa velocidade do fazer social e político desta sociedade hipermoderna, a qual identifica-se por ser uma “[...] sociedade liberal, caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade, indiferente como nunca antes se foi aos grandes princípios estruturantes da modernidade [...]” (LIPOVETSKY, 2004, p. 26), a educação e a produção do conhecimento se deparam com situações contraditórias institucionalmente, as quais são perceptíveis e interpretadas a partir de relatos daqueles que experenciam as condições destes tempos.

A análise no presente texto expressa questões e inquietações suscitadas pelos professores-pesquisadores de uma instituição universitária estadual, numa articulação com as nossas interpretações e reflexões, os quais foram entrevistados no ano de 2011 quanto à relação Universidade e sociedade, mais precisamente, a partir da atividade da pesquisa³.

Dedicamo-nos, desde então, a refletir o cenário constitutivo necessário para o desenvolvimento da atividade da pesquisa na Universidade: questões administrativas e burocráticas, estruturais e funcionais da instituição, questões formativas dos pesquisadores e seus grupos, bem como suas impressões sobre a relação presente na tríade: universidade-sociedade-atividade de pesquisa. As categorias emergentes suscitadas do contexto da investigação foram: políticas de pesquisa, grupo de pesquisadores e socialização do conhecimento.

¹ Richéle Timm dos Passos da Silva é doutoranda em Educação pela UFPel, Mestra em Educação pela UFRGS, Especialista em Psicopedagogia pela FASIFE e graduada em Pedagogia pela UFPel. É docente e pesquisadora na FaE/UFPel e colaboradora junto ao Observatório Global de Patologias Sociais – Capes/Print UFPel. Pesquisa sobre Educação Superior, Formação Docentes e Fundamentos Sócio-histórico e filosóficos da Educação.

² Maria Elly Herz Genro é pós-doutora pelo CES- Coimbra Portugal, Doutora em Educação pela UFRGS, Mestre em Educação pela PUCRS e graduada em Filosofia pela UFSM. Docente e pesquisadora na Faced/UFRGS. Pesquisa a área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, principalmente nos temas: Universidade na América Latina, Democracia, Cidadania e Políticas da Educação Superior.

³ Este estudo trata-se de uma pesquisa realizada com 7 professores-pesquisadores, líderes de grupo de pesquisa da área de ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) que foi desenvolvida por ocasião da dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEDU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. A obra completa pode ser consultada em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69928/000875496.pdf?sequence=1>

No entanto, atrelados aos aspectos supramencionados, é importante expandir a reflexão ao ponto macro da relação Universidade e Sociedade, a qual significamos e entendemos a partir da responsabilidade social e política da Universidade efetivada pela atividade da pesquisa a qual realiza.

Nossa intenção, portanto, é demonstrar concepções dos professores-pesquisadores a respeito da Universidade e da pesquisa, dificuldades encontradas na realização dessa atividade, possibilidades e alternativas que os professores-pesquisadores vivenciam no cotidiano de suas práticas com a intenção de articularmos esses elementos na construção de uma Universidade com responsabilidade social e política pensada a partir da ação da pesquisa.

Universidade e pesquisa: reflexões introdutórias

Inicialmente queremos trazer questões e inquietações colocadas pelos professores-pesquisadores quanto à instituição Universidade no sentido geral e à UNEMAT particularmente. Destacamos as colocações desses profissionais quanto a atividade da pesquisa que a UNEMAT desenvolve e a ação da pesquisa que eles realizam na instituição e trazemos também algumas considerações referente aos documentos institucionais que tratam da atividade da pesquisa na UNEMAT.

Percebemos que a concepção de Universidade para estes professores-pesquisadores, é entendida como *locus* social e político, pois ao tempo que congrega a pluralidade de sujeitos políticos/atores sociais, é também espaço de ação, participação, tomada de decisão e reflexão em torno do coletivo. Possui assim, como finalidades o debate e a crítica como ferramenta para atuação no mundo.

A UNEMAT se reconhece como uma “Instituição Pública de Ensino Superior que tem a missão clara: levar a Educação Superior ao interior do Estado de Mato Grosso por intermédio de cursos e programas especiais e com características próprias” (PLANO, 2011, p.40).

O que nos remete a compreensão de Goergen (2003) o qual expressa que a Universidade, não pode esquecer-se de sua tarefa crítica de desconstrução de discursos e narrativas que visam apenas à afirmação de determinada configuração econômica e precisa assim, contar outras histórias, a fim de demonstrar que as narrativas dominantes não são tão naturais nem tão inevitáveis quanto se tenta fazer crer.

A Universidade é entendida também como espaço de enfrentamento de posições e como instituição social, esse *locus* exprime em seu espaço, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, incluindo opiniões, atitudes e projetos conflitantes que carregam em si divisões e contradições da sociedade (CHAUI, 2003).

Por isso, podemos dizer que “a comunidade acadêmica é familiarizada com o *ethos* do dissenso, do descontentamento, da possibilidade de expressão pública das críticas” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 31). Portanto, a Universidade cabe o dever de comprometer-se e integrar-se a sociedade e não ficar a margem do que ocorre (GOERGEN, 2003).

Essa perspectiva de ser crítica e reflexiva, de conter em si a contradição social, própria da sociedade que assim o é (DIAS SOBRINHO, 2010), nos remete a pensar uma Universidade para além do formalmente estabelecido, ou, em possibilidades criativas de superações contra-hegemônicas que podem acontecer em seu interior.

Universidade como espaço de produção e divulgação do conhecimento (SAMPAIO; FREITAS, 2010) através das suas pesquisas precisa refletir sobre sua produção do conhecimento. É conveniente ter concepções claras do que seja pesquisar na Universidade e com que finalidade deve se efetivar a pesquisa. Gamboa (1999) nos apresenta que:

toda a estratégia de implementação da pesquisa e de consolidação de um projeto de Universidade que não apenas consuma ou reproduza saberes e informações científicas, mas gere conhecimentos relevantes para a sociedade, devese pautar pelas concepções básicas da pesquisa toda pesquisa científica obedece ao ritual básico, embora complexo, da elaboração de uma pergunta qualificada sobre uma problemática concreta e da procura de respostas disciplinadas para essa pergunta (p. 90).

Ao serem questionados sobre a atividade da pesquisa e seu sentido e significado, evidenciamos que pesquisar sempre está atrelado as demais funções de ensino e extensão, ou ainda como uma atividade formativa que está sendo constantemente ressignificada pela prática de cada professor-pesquisador. Vejamos:

[..] a gente acaba se formando nesse processo, como pesquisador e como professor e eu penso que a pesquisa em si ela vem ajudando a mim, e deve a ajudar todos a modificarem sua forma de trabalho junto aos acadêmicos, não só em pesquisa e sim também no ensino, aprendizagem dos conhecimentos das disciplinas (PPB⁴)

⁴ Prenome dado a um dos sujeitos da pesquisa: Professor-Pesquisador-B/PPB

Compreendemos suas concepções quando comentaram efetivamente o que realizam na Universidade nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, pois, para eles, não é possível compreender e realizar pesquisa que não seja aquela que perpassa o ensino e/ou a extensão: “[..] a sala de aula tem sido assim o meu motor de motivação [...] é que nem um ambiente de pesquisa. Que eu tô ouvindo, eu tô trocando, eu tô deparando com situações onde você o tempo todo, você coloca a teoria que você tá levando [...]”(PPD). Ainda citamos: “[...] um resultado do projeto de pesquisa, a disciplina na matriz curricular [...] (PPG).”

Isso corrobora com Sampaio e Freitas (2010), quando fala da equação equilibrada entre o ensinar e aprender pela pesquisa que considera essa indissociabilidade das três funções da Universidade. Vai ao encontro do que a legislação federal coloca como indispensável para que seja considerada Universidade uma instituição de Educação Superior em seu Art. 207/da Constituição Federal do Brasil.

Podemos ainda dizer que a partir das três funções institucionais, os professores - pesquisadores têm desempenhado a importante e digníssima missão de apresentar o velho mundo aos homens novos, como algo compartilhado por todos e que deva ser assumido com responsabilidade por todos, conforme Arendt (2010)

[...] só se pode ver e experimentar o mundo tal como “realmente” é entendendo-o como algo que é compartilhado por muitas pessoas, que está entre elas, que as separa e as une, revelando-se de modo diverso a cada uma, enfim, que só é compreensível na medida em que muitas pessoas possam falar sobre ele e trocar opiniões e perspectivas em mútua contraposição (p. 185) [grifo da autora].

Neste mundo compartilhado, as legislações são marcas importantes e instituidoras da capacidade de mudança pois revelam as concepções dos sujeitos em distintos assuntos. A atividade da pesquisa para a UNEMAT segundo regulação interna, Resolução nº. 085/2007, CONEPE, que “Disciplina a Política de Pesquisa na UNEMAT, na forma que especifica”, contém no Título I - Da Conceituação, em seu Art. 2º o que define por pesquisa:

[...] entende-se por Pesquisa o processo e atividade investigativa e experimental que problematiza, analisa, crítica e produz o conhecimento nas múltiplas características filosóficas e epistemológicas, considerando os contextos sócio-cultural, econômico, político, educacional e ambiental, os quais constituem as estruturas, organizações e relações nas complexas sociedades modernas, gerando ciência, tecnologia, arte e cultura (CONEPE, 2011, p. 01).

Ainda nessa resolução, é referido o objetivo com o que se pesquisa na Universidade. No Art. 3º temos que

a Pesquisa tem como objetivo a crítica, a produção e a socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico, tecnológico e cultural, articulando as teorias e as práticas sociais, realimentando o ensino, a extensão e a pesquisa, voltados para a Comunidade Acadêmica e à Sociedade, promovendo, assim, o seu desenvolvimento (CONEPE, 2011, p. 01).

Percebemos que a definição e o objetivo que a instituição apresenta retoma o sentido dos princípios básicos da pesquisa o qual Gamboa (1999) expressou. Contudo, cinco dos professores-pesquisadores não identificam claramente essa definição de pesquisa nas condições reais, concretas, ou seja, na materialização e efetivação da atividade da pesquisa. Vejamos o que um deles expressa ao tratar de pesquisa na instituição e a responsabilidade social da universidade através da atividade de pesquisa:

[...] da Universidade não tem né. Deixar isso bem claro. Tem dos pesquisadores, tem de alguns professores. Então eu acho que isso tem que ficar bem marcado. Porque a Unemat, ela não tem uma política pública clara definida de o que ela quer ser, pra quem, porque... essas perguntas não tem resposta institucionalmente. Pode olhar os documentos, não tem. Pega lá o PDI, não tem. Não sabe. Até porque eu acho assim, as pessoas não se colocaram essas perguntas quando elas produziram esses documentos (PPE).

Analisando o que fora dito e perante os demais depoimentos, acreditamos que seja necessário constantemente resgatar o que nos diz Severino (2009) que: no atual momento cabe o debate sobre o sentido de uma Universidade que, “funcionária do conhecimento, pudesse colocá-lo a serviço da sociedade [...] comprometida com o conhecimento, ela o será também, por decorrência, com a extensão e a pesquisa, tanto com o ensino” (p. 254).

Políticas de pesquisa: algumas ponderações sobre áreas e articulações

As políticas de pesquisa surgem num contexto de disputas entre concepções do que seja pesquisar, para quê e para quem se pesquisar. Leite (2006, p. 187) expressa que as “políticas [...] podem ser resultantes do interesse público ou de grupos sindicais ou de grandes agências internacionais”. Diante desse diagnóstico, cabe a discussão frente ao significado de política de pública mais precisamente sobre políticas públicas para a educação, visto que são tratadas e elaboradas para a construção de um modelo de sociedade.

A partir daí, convém trazer o debate entre política de Estado e política de governo, a fim de fortalecer o que se espera da Universidade com sua atividade de pesquisa, frente a possibilidade de instaurar políticas públicas educacionais para uma sociedade mais justa e democrática.

Por política pública entendemos aquelas políticas de responsabilidade do Estado “quanto à formulação, implementação e manutenção, estabelecidas com base num processo de tomada de decisões que envolvem organismos da sociedade política (Estado) e entidades da sociedade civil” (MOROSINI; BITTAR, 2006). Essas políticas, conforme expressam as autoras, são formuladas num processo

contraditório e complexo, pois envolvem interesses de vários segmentos que desejam garantir direitos, especialmente aqueles vinculados às necessidades básicas dos cidadãos[...] Dependendo da correlação de forças dos representantes desses segmentos essas políticas podem intensificar seu caráter “público”, isto é, atender as necessidades de quase todos, da coletividade, acima dos interesses privados, de determinados grupos no poder. É o Estado em ação (p. 165) [grifo das autoras].

Essa política pública pode ser entendida como política de Estado. Bianchetti (2009) discute a diferença entre essa política de Estado e a chamada política de governo

Todo governo, ao assumir, tem presente que o seu período de permanência à frente do país, do estado ou da prefeitura, tem uma duração limitada, quatro ou cinco anos ou, no Maximo, mais um mandato no caso de haver a possibilidade de reeleição. E, ao assumir, assume assentado em políticas que desejaria ver implementadas, denominando-as de “políticas do meu governo”. No entanto, quando está posto e vê o período do seu governo se extinguindo, busca por todos os meios a reeleição e, no caso de não poder mais fazer uso desse expediente, procura desencadear estratégias ou encontrar meios jurídicos de garantir que aquela que era uma política de governo, limitada portanto no tempo ao seu governo, se torne uma política de Estado, isto é, ganhe caráter de política permanente (p. 36-37) [grifo dos autores].

Pensar esses elementos é considerar o papel do Estado e o papel do governo, ou dito de outra maneira, o papel da instituição UNEMAT como ente representante legítimo desse Estado e a função dos seus dirigentes, reitor, pró-reitores, entre outros, como sujeitos políticos/atores sociais detentores do poder decisório legítimo que é instituído ao cargo o qual ocupa e não a sua pessoa. Cargo que ao mesmo tempo é representativo de uma coletividade e que necessariamente deve materializar a vontade dessa coletividade.

Na expressão dos entrevistados “[...] aí nós vamos viver o boicote da Universidade (PPC)” havia o descontentamento da instabilidade das políticas de pesquisa da instituição, pois quando se mudavam as equipes gestoras, mudavam-se concepções e considerações quanto a atividade da pesquisa:

[...] o reitor disse que não assinaria, nós tivemos um recurso aprovado de 2 milhões trezentos e pouco que foi e voltou quatro vezes, tentamos via SEDUC, tentamos de tudo que foi forma e não pode. [...] enquanto toda a gestão ne, do antigo reitor, ela não foi assinada até que um dia ele afirmou aqui no anfiteatro que ele não faria porque era o nosso grupo de pesquisa. E nosso grupo de pesquisa tinha uma concepção política que ele não concordava. Então isso foi um desgaste [...] (PPC).

Podemos entender essa alternância como correlacionada a uma explicação macro de política, de poder e quanto aos sujeitos que a realizam. O poder centrado no cenário administrativo aqui expresso não retoma a figura da autoridade representante da coletividade. Isso reforça o descontentamento e remete a necessidade de pensar a questão da implantação de políticas de pesquisa na UNEMAT como políticas públicas/de Estado, porque implicam no caráter público, da coletividade em detrimento de interesses privados, conforme Morosini e Bittar (2006).

Outra marca significativa de descontentamento de professores-pesquisadores refere-se ao privilégio que a instituição dá ao incentivo à pesquisa, para determinadas áreas do saber, em detrimento da área de Ciências Humanas/Educação:

[...] existem diferentes tipos de pesquisa e diferentes resultados que nos temos, que a gente sempre consegue visualizar melhor resultado, por exemplo, da saúde, pesquisas de câncer, tal... que você tem resultados e isso... digamos eleva a Universidade enquanto um status ne... na área da educação já é mais complicado a gente conseguir demonstrar a importância dessas pesquisas ne... e até de conseguir financiamentos ne... sempre mais difícil... (PPA).

Pensando numa ótica maior, isso pode ser entendido como importante e conveniente visto que é a “disputa de espaço na área de excelência, onde se concentram financiamento e prestígio” (HORTA; MORAES, 2009, p. 214). A questão da falta de editais de fomento à pesquisa na grande área de Ciências Humanas, pode ser compreendida dentro desse cenário nacional de incentivo a produção do conhecimento que tem privilegiado áreas tecnológicas e biomédicas a partir de pesquisa aplicada.

É difícil para esses pesquisadores que por um lado, sentem-se sem apoio da instituição e, por outro, percebem que os financiamentos externos são restritos sendo necessário “garimpar” (PPE) editais onde os projetos de pesquisas possam ser acolhidos e, assim, fazer um esforço para conseguir uma “merrequinha” (PPE), ou seja, pouco dinheiro para cobrir despesas com as atividades de pesquisas nessa área.

No entanto, isso não é uma particularidade da UNEMAT ou dos editais da Fundação de amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat). Em nível nacional observamos esse movimento querendo trazer a discussão do programa Ciências Sem Fronteiras⁵, por exemplo, que incentivou áreas estratégicas com a finalidade de aproximar o Brasil, como produtor de conhecimento, das grandes potências científico-tecnológicas do cenário mundial.

A escolha de áreas prioritárias não está desvinculada das necessidades do mercado. Por isso, a economia do conhecimento dá o tom e as cores da sociedade do conhecimento. Quem sabe aplicar os conhecimentos e gerenciar os processos que os transformam em riquezas, tem prestígio social e alto valor de mercado. Daí o prestígio de áreas tecnológicas, como as engenharias, administração e economia e, assim, a “educação superior é a chave da economia” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 77).

Ainda este autor nos coloca que

[...] o conhecimento é hoje amplamente reconhecido como principal insumo da economia. Assim sendo, o valor do trabalho e das mercadorias teria se transferido para a aplicação do conhecimento e a capacidade gerencial [...] o valor do trabalho intelectual superou largamente o do trabalho manual (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 76).

A UNEMAT enquanto instituição produtora do conhecimento foi referenciada sendo instituição considerada periferia, ou em um estado periférico, diante das políticas públicas nacionais em detrimento dos grandes centros de pesquisa ou centros de produção do conhecimento. O *locus* privilegiado é aquele que visivelmente projeta o país para o restante do mundo científico.

Gamboa (1999) em relação aos centros privilegiados no Brasil e considerados como referência em detrimento das consideradas periferias do conhecimento, comenta que

apesar do esforço realizado através de diversos planos nacionais de pós-graduação, as atividades continuam sendo privilégio de uma elite, concentrando-se nos programas de mestrado e doutorado localizados prioritariamente na região sudeste e no eixo Rio-São Paulo. Tal concentração foi gerando uma discriminação entre as Universidades de pesquisa e as outras instituições (p. 83).

Esse comentário do autor vai ao encontro do que os entrevistados também expressaram:

⁵ Este programa buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios MCTI e MEC, por meio de suas respectivas instituições de fomento CNPq e Capes e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Para maiores informações, consultar o site <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>. Este programa atualmente foi encerrado.

[..] eu comecei a descobrir que isso é uma questão de política pública que olha pra são Paulo como centro de excelência, na verdade olha pra o sudeste né, e aí quando olha pra o centro oeste, só enxerga UNB, nós somos invisíveis, então qualquer coisa que você deposite seja no CNPq, seja no FINEP, qualquer coisa assim, a gente é tratado como periferia. E dentro dessa lógica que apesar dos pesares ainda é dentro daquilo que tava posto na política do Fernando Henrique, quando ele ainda era presidente, quer dizer, existem os grandes centros de excelência, existe a periferia. À periferia resta o quê? Reproduzir né... o conhecimento que o grande centro de excelência produz. E a gente abaixa a cabeça... antes era uma coisa que era explícita, eles diziam: é isso. Aí o Lula assumiu, a Dilma assumiu, né, e ficou implícito. Eles não dizem, mas eles continuam fazendo a mesma coisa. E continuam nos tratando como periferia e continuam não nos privilegiando em algumas coisas [...] Se você quer desenvolver uma determinada região você tem que considerar que as pessoas que trabalham aqui elas são competentes (PPE).

Do mesmo modo, evidenciamos a partir de Dias sobrinho (2010) que amplia esse olhar em nível mundial e nos faz refletir sobre a produção do conhecimento e o conhecimento produzido como “historicamente determinados, onde os dominantes são os países ricos⁶ que impõem os temas, as normas e os estilos de produção, determinam os critérios de qualidade, organizam a distribuição e o consumo dos conhecimentos” (p.87).

Ainda para esse autor, há que se compreender que os países considerados periféricos, estão em outras condições sócio-histórico-econômicas as quais não favorecem competir com os países ricos. Dessa maneira

[...] países periféricos, em graus diferentes, precisam ainda construir e ampliar suas estruturas físicas, aprofundar a vida democrática e institucional, diminuir os atrasos educacionais e as dívidas sociais acumuladas etc., e, ao mesmo tempo, enfrentar as exigências impostas pela competitividade do mundo globalizado [...] são obrigados a ser competitivos em um quadro de condições desiguais e de graves contradições da globalização (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 74).

Perpassa assim, uma concepção de pesquisa, de conhecimento, de *locus* de produção, de desenvolvimento para o país, conseqüentemente para o Estado de Mato Grosso que passa a ser seletivo e excludente quanto aos que são considerados países, ou no caso brasileiro, Estados centrais em detrimento de incentivo aos Estados periféricos.

Nessa perspectiva de diferenciação quanto ao incentivo das políticas nacionais de pesquisa, não há justiça cognitiva global e não já justiça social e/ou vice versa (SANTOS, 2007) e assim, cresce com a competitividade econômica, a desigualdade social (DIAS SOBRINHO, 2010).

⁶ Leia-se a tríade América do Norte, União Européia e Pacífico Asiático (DIAS SOBRINHO, 2010).

A UNEMAT tem procurado projetar-se enquanto instituição nacional e internacionalmente através de acordos e parcerias com outras instituições. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PLANO, 2011) expressa essa relação de parcerias com Instituições governamentais e não governamentais, no âmbito global e local, assegurando a presença da UNEMAT na sociedade.

Gostaríamos de ressaltar que partimos da premissa que todo o aparato legal, essa parceria Universidade–sociedade (no caso, setor privado/empresarial) precisa ser apoderado pelos pesquisadores também como “a necessidade de buscar o sentido da nossa apropriação e produção do conhecimento, da nossa prática sócio-política com o objetivo de fortalecimento do interesse público em detrimento do privado” (GENRO, 2002, p. 31).

Não obstante, os profissionais reconhecem a importância e a necessidade de articulações globais, porém relataram com maior ênfase, a preocupação que tem em atender e realizar articulações locais, com secretarias municipais e estaduais da educação ou da saúde, com escolas públicas e privadas da Educação Básica e com professores de outras instituições universitárias. O presente relato expressa algumas dessas considerações:

[...] veja, essa questão de parceria que é uma coisa que eu acredito muito, eu fiz uma parceria com a prefeitura, em particular com o pessoal que trabalhava aqui com DST AIDS [...] esse projeto era pra ser um projeto simples, a intenção era ser um projeto onde nos pudéssemos fazer uma formação de multiplicadores [...] De repente, isso... eu não sei quantas turmas foram... falar agora pra você que eu não me lembro, eu perdi as contas, não sei se foi mais de 30 de 50, [...] Acho que Sinop na época, Sinop quase inteiro, pelo menos os professores... pessoas faziam esses nossos cursos. Veio gente de Peixoto, veio gente de Sorriso, veio gente de Lucas do Rio Verde, aqui pra cima, aqui até quase perto do Pará. Vieram professores, vinham em ônibus, eu não sei se era, eram dois finais de semana pra ter aulas sexta, sábado e domingo, pra completar as 40 horas. Então virou uma, fui um bum assim [...] o ministério da saúde fez a parceria com a gente também, e daí então a gente tinha material, a gente tinha kits que entregava pra os alunos. No final de cada curso eles tinham que fazer aquilo que a gente chamava de plano de ação como é que eles iriam estar multiplicando. [...] Começou com extensão e daí nos aproveitamos digamos assim o processo e começamos a pegar alguns dados pra pesquisa também. Por uma falha nossa e até pelas demandas da UNEMAT a gente não colocou isso em artigos nem nada, foram apresentados em congressos, em alguns congressos, etc. (PPD)

A partir de ações locais que integram Universidade, professores-pesquisadores, órgão públicos (através das suas secretarias municipais ou estaduais) e comunidade em geral, geram-se mudanças e benefícios que refletem na vida social das pessoas. A atividade da pesquisa também é provocativa e auxiliar na formação de cidadãos comprometidos com sua

realidade local o que fortalece e exemplifica a responsabilidade social e política que a pesquisa possui.

Essa questão do local ficou-nos evidente quando os professores-pesquisadores foram questionados sobre seus grupos de pesquisadores e projetos de pesquisa que tem realizado. Articulações importantes foram manifestadas e, por isso, suscitou-nos pensar a importância do grupo de pesquisa na efetivação da atividade da pesquisa.

Grupos de pesquisa: das trajetórias formativas à socialização

A importância do grupo de pesquisa nos processos de articulação com outros grupos da sociedade para realizar projetos de pesquisa foi ressaltado por todos os respondentes. Destes grupos heterogêneos, participam professores da UNEMAT, dos variados cursos e *campus*, de outras IES, professores da Educação Básica das redes estadual, municipal e de escolas particulares, professores formadores que trabalham no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO)⁷ e “pessoas que vem pelo conhecimento” (PPG), ou seja, demais membros da sociedade.

As parcerias dos grupos de pesquisa com outros atores sociais são assim, primordiais para a realização do trabalho de pesquisa ou extensão que alcance uma parcela maior da sociedade e dessa maneira resulte em benefícios à relação Universidade-comunidade.

Gatti (2005) coloca que o pesquisador não trabalha sozinho, nem produz sozinho. Dessa maneira ocorre o que a autora considera intercomunicação com pares na forma do trabalho em equipe, redes de trocas de ideias e disseminação de propostas ou achados de investigação sendo também grupos de referência temática.

Esse grupo de pesquisadores ou investigadores, para a autora, “constituem hoje uma condição essencial à realização de investigações científicas e ao avanço dos conhecimentos” (GATTI, 2005, p. 124). Confirmamos essa afirmativa da autora diante dessa investigação com os professores-pesquisadores.

Gatti (2005) ainda menciona que no grupo há um poder formativo inestimável a partir desse intercâmbio científico que se dá não só em congressos e reuniões científicas de diversas naturezas, mas também nos variados espaços e com diferentes interlocutores.

⁷ CEFAPRO é um órgão do governo estadual do MT, vinculado a SEDUC (Secretaria da Educação) que oferece para os professores da rede formação continuada em serviço e atendimento pedagógico através de atendimento nas escolas, em seminários, cursos e reuniões.

Um dado interessante foi a articulação com outros sujeitos políticos/atores sociais os quais raramente aparecem incluídos nos grupos de pesquisa no cenário da academia: os profissionais da escola da Educação Básica, com quem atuam também nos estágios e criam laços de confiança. Também citaram os alunos da universidade que participam do grupo de pesquisa. Vejamos:

[...] a gente tem uma relação assim de confiança mútua também de parceria, [...] e equipe e isso é uma coisa que a gente consegue ensinar pra eles na faculdade. [...] É compartilhar tudo com o outro com o colega com a equipe, com a sociedade, com a comunidade com o grupo que a gente tá atuando e nesse movimento a gente cria uma outra coisa, cria esse deslocamento, cria um outro processo de socialização [...] (PPE).

Essa articulação dos grupos de pesquisadores se dá em função de temáticas ou problemáticas sendo a característica que Gatti (2005) apresenta como nucleações de pesquisadores, ou seja, núcleos que, criada a interlocução,

[...] mantêm contatos pessoais periódicos, com maior ou menor frequência, dependendo das suas possibilidades e interesses, para discutir projetos, enfoques, realizar seminários e estudos diversos, como parte de sua vida acadêmica. Essas nucleações reúnem, em geral, pesquisadores de regiões próximas, em razão de suas condições de mobilidade. Além disso, a Internet vem propiciando essa interlocução em redes nacionais ou internacionais (p. 124).

Dessa maneira, grupos de pesquisa também se confundem com a perspectiva de grupos de estudo ou grupos temáticos podendo adotar termos como núcleo de estudos, grupo de trabalho, também relatado pelos professores-pesquisadores.

Assim, conforme Mocelin e Franco (2006) nesta perspectiva os grupos de pesquisa transcendem a funcionalidade de produção de documentos fruto de investigações e reflexões para se colocar no patamar de espaços de formação continuada de professores, de pesquisadores e das novas gerações que deles participam. É o caso dos grupos de estudos/pesquisa citados pelos entrevistados.

Em relação ao grupo de pesquisa, ainda é possível compreender esse espaço como fecundo à questão formativa na atividade de pesquisador, na produção do saber de forma interdisciplinar e heterogêneo e a articulação com os diferentes sujeitos como resultante em benefícios à instituição, aos pesquisadores e a comunidade local em geral.

Aprendizagens e troca de saberes é característica marcante nas falas dos professores-pesquisadores e que ocorre no grupo de pesquisa. A relação do grupo foi ressaltada por todos os respondentes como de troca de saberes, de visões diferentes, leituras diferentes, olhares

diferentes. Isso enriquece a concepção de realidade e solidifica a aprendizagem, abrindo um “leque de conhecimentos [...] um caleidoscópio” (PPD) sobre a realidade estimulando a pesquisa envolvida com as questões educacionais.

Devido a diversidade de teorias, heterogeneidade dos grupos que provém das diferentes instituições e áreas do saber, podemos compreender essa articulação como sinalizadora de uma produção do conhecimento que possui alguns dos fundamentos contemplados na ideia de ecologia dos saberes. A perspectiva da *ecologia de saberes* (SANTOS, 2008) se coaduna e se sintoniza com uma perspectiva de uma racionalidade aberta e sensível. A valorização dos diferentes saberes e experiências constituindo a Universidade como um lugar do diálogo crítico, do debate das grandes questões sociais, mas também como um lugar de valorização e aprendizagens com as experiências singulares alternativas que emergem de projetos sociais dos segmentos populares.

A aprendizagem na trajetória formativa de pesquisador foi marca constante nas falas dos entrevistados. Compreendendo-se como em constante processo de formação para a pesquisa, os professores-pesquisadores entendem o grupo de pesquisa como uma possibilidade para sua formação, oportunidade de rever teorias e aprofundar discussões.

Gatti (2005) coloca que para os:

[...] pesquisadores mais experientes, esse diálogo permanente com grupos de referência temática torna-se fundamental ao avanço crítico e criterioso em teorizações, em metodologias, em inferências. Para os menos experientes, ou iniciantes, é fundamental para sua formação, pois não se aprende a pesquisar, não se desenvolvem habilidades de investigador apenas lendo manuais (p.124).

A aprendizagem que ocorre no espaço *stricto sensu*, via qualificação de mestrado e doutorado na Universidade também foi apontada pelos entrevistados. É preocupação da UNEMAT qualificar seu quadro docente e para isso projeta metas em seu Plano (2011) de ofertar cursos de mestrados e doutorados fortalecendo os já existentes e criando outros, ofertando *minter* e *dinter* com apoio de IES nacionais, CAPES e CNPq. Essas estratégias implicam no fortalecimento dos grupos de pesquisas e na atividade da pesquisa.

Toda essa política de incentivo da instituição a qualificação dos seus profissionais é uma ressalva importante que o grupo dos professores-pesquisadores alocou. Consideram fundamental para o crescimento e desenvolvimento da Universidade e conseqüentemente da região da qual está inserida o que possibilita agir intencionalmente e modificar a realidade dos sujeitos políticos/atores sociais.

No entanto, enquanto socialização da produção do conhecimento dentro da própria UNEMAT para os colegas ou para demais instituições universitárias e sociedade em geral, essa questão foi apontada como uma problemática por cinco professores-pesquisadores a qual precisa ser vencida.

A questão da socialização das pesquisadas que pode ser considerada o retorno à sociedade, segundo cinco respondentes, além de uma função implícita do pesquisador é uma possibilidade de interação Universidade e sociedade a qual ocorre a partir de seminários, congressos ou até mesmo publicações de artigos.

A produção escrita e a publicação tem sido um exercício complexo devido a falta de tempo para produzir bons textos e a divulgação de livros e produções, como expressam nessas falas: “[...] tem tanto resultado que acabou se refletindo na minha formação e muito pouco de outras pessoas no sentido de eu não ter publicado em revista, de eu não ter divulgado [...] eu deveria ter... eu teria como compromisso de publicar mais os resultados disso tudo... (PPF)” ou ainda como diz: “[...] talvez como uma dificuldade minha, eu não consigo parar e sentar e desligar de todas as outras coisas pra você pensar, porque escrever um artigo, tem que ter tempo você tem que ter leitura, você tem que ter paz, né [...]”(PPD)”.

No que tange a questão da publicação a fala a seguir reflete um descontentamento com a instituição:

Você produz a pesquisa, você tem dados, você tem resultados, você poderia ta divulgando isso pra sociedade, poderia ta socializando inclusive pra comunidade acadêmica né, e você não tem por onde fazer isso [...] aqui na Universidade mesmo outro dia fui lá na editora, e aí né, não! se você conseguir dinheiro, a gente publica... bom, se eu conseguir dinheiro, eu vou publicar onde tiver mais barato, me desculpe mais, aí não preciso da editora da UNEMAT! PZZZ eu sou professora aqui, desculpe... mas é verdade... se o fato de eu ser professora dentro da instituição né, não me coloca na prioridade de publicação dos resultados da minha pesquisa, pra que eu preciso publicar na editora da Universidade? (PPE).

A socialização pode ser considerada hora propícia para rever teorias. A devolutiva à sociedade não pode ser encarada como uma mera formalização ou ritual estabelecido ao final da pesquisa. Inquietou-nos refletir nesse ponto da socialização a questão da publicação de artigos, pois os professores-pesquisadores foram categóricos aos expressar a falta de tempo para produzi-los através de escritas crítico-reflexivas sobre suas atividades de pesquisa.

Dessa maneira, surge em cena o produtivismo acadêmico apontado por todos os professores-pesquisadores como uma das questões pelas quais tem sido constantemente cobrados. Machado e Bianchetti (2011) discutem esse assunto registrado que o produtivismo acadêmico

na materialidade do paper, foi erigido a fetiche-mercadoria conhecimento [...] e, em ritmo de Tempos Modernos, transformou os intelectuais em estressados, medicados, eficientes operários de alto padrão, seres “sem tempo” para a principal atribuição: analisar com rigor crítico a complexidade dos processos em curso (naturais ou sociais), possibilitando descortinar a lógica subjacente que comanda o espetáculo da história (p. 251) [grifo dos autores].

Os professores-pesquisadores entrevistados concordam que é necessário produzir artigos e escrever sobre a produção do conhecimento, no entanto, manifestaram esse desconforto pelo qual têm passado a fim de dar conta de escrever sobre as atividades que realizam para além dos relatórios e prestações de conta às agências de fomento reclamando ainda ser essa uma aprendizagem forçada a qual necessitam realizar sem orientação alguma.

Isso corrobora com Carneiro (2010) quando fala dos saberes que os pesquisadores precisam desenvolver durante sua trajetória e que há saberes mais específicos dessa atividade que exige desse

multiprofissional envolvimento em uma série de atividades que vão desde a captação de recurso, passando por gerenciamento desses recursos, coordenação do pessoal envolvido no projeto de pesquisa até a publicação final do conhecimento produzido [...] isso não se aprende no doutorado. Aprende-se com a prática, com o colega mais experiente [...] (p.103).

As condições de trabalho do professor-pesquisador, a carga horária extensa na atividade do ensino e o “aligeiramento” das pesquisas somadas a demais pontos relatados são causas complicadoras do exercício da escrita de artigos. Machado e Bianchetti (2011) colocam, no entanto que o que vem acontecido no meio acadêmico entre os profissionais é que “o trabalhador-pesquisador reclama fazer mais do que quer ou pode. Crítica, porém acata. Análises sobre produtivismo acadêmico responsabilizam, não sem razão, organismos internacionais e nacionais e o sistema vigente” (p. 244).

No que diz respeito a socialização do conhecimento, temos a produção do conhecimento via escrita, produção de artigo, sendo uma problemática decorrente de dificuldades temporais, acúmulo de atividades ou dificuldades de organização pessoal, todas elas precisando ser enfrentadas.

Acreditamos que o universo da atividade da pesquisa científica, esta produzida pelos professores-pesquisadores na Universidade, é um espaço que inicialmente pode parecer rígido, formatado, burocrático e cheio de limitações e amarras. Contudo, ficou-nos evidente, a partir desta investigação, que é possível provocar movimentos de produção do conhecimento pela atividade da pesquisa para além do estabelecido, buscando alternativas e possibilidades de efetivação de uma pesquisa pensada e planejada coletivamente. E, assim, capaz de enfrentar dificuldades econômicas de financiamento, infraestrutura ou condições de trabalho e ainda, dificuldades humanas de posições políticas diferente, no intuito de reforçar a posição e refletirmos uma Universidade instituinte com responsabilidade social e política pensada na atividade da pesquisa.

Considerações finais

Sabemos que num cenário complexo de sociedade, esta se apresenta entre contradições as quais também constituem a riqueza de uma sociedade. Estamos cotidianamente a desenvolver rupturas e possibilidades e percebemos que estamos a expandir as questões sociais, políticas e tecnológicas, muitas vezes, sem a devida compreensão do horizonte que almejamos. Em determinados aspectos falta clareza nos fundamentos de coesão nesta sociedade. O que nos une e o que nos afasta, este mundo compartilhado, nem sempre tem sido o centro questões dessa sociedade hipermoderna que insiste em acreditar e fortalecer os interesses individuais, privados, ditados pelo mercado como aqueles que parecem ser mais evidentes, convidativos e sedutores.

Como principais resultados dessa investigação realizada junto ao grupo de professores-pesquisadores da área de Ciências Humanas/Educação, da UNEMAT, *Campus Sinop/MT*, convém retomarmos a significância que essas compreensões ensejam como pistas e pontos de partida devendo ser consideradas.

Enquanto política de pesquisa, destaca-se no estudo, a instabilidade, a falta de clareza e da continuidade de políticas de pesquisa. Também o descontentamento, o privilégio sobre algumas áreas do saber em detrimento de outras, como no caso das Ciências Humanas/Educação que não é valorizada pela instituição investigada.

Os relatos podem ser entendidos dentro de uma lógica do contexto amplo de sociedade hipermoderna, no caso sociedade do conhecimento que se pauta na economia do conhecimento.

Para atender a fins específicos, vêm ancorados na perspectiva de intensificar uma produção do saber pragmática, técnica e utilitarista que valoriza as questões ditadas pelo mercado capitalista desconsiderando necessidades para além das necessidades materiais do funcionamento sistêmico.

Observamos que alguns dos pesquisadores entendem e citam como benefício a estruturação administrativa que a UNEMAT vem buscando consolidar a partir da criação da pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação e na unanimidade apontaram o esforço institucional em oportunizar ao seu pessoal docente qualificação *stricto sensu* através de políticas específicas para afastamento dos profissionais.

Ao trabalharmos a categoria grupo de pesquisadores, esse conceito pode ser entendido aqui no significado amplo, visto que não inclui apenas pesquisadores no sentido específico do conceito, pois também identificamos que os respondentes consideram esse grupo como de estudos ou até mesmo grupo de formação.

É assim, o grupo de pesquisadores, um espaço fecundo de formação, diálogo, reflexão que ocorre nos encontros com diferentes sujeitos, vindos das diferentes áreas do saber e dos mais diversos espaços sociais. Essa particularidade pode sinalizar uma produção do conhecimento plural e perceber a realidade de modo global.

Ao articularem-se o grupo de pesquisadores com diferentes sujeitos da sociedade, incluindo secretarias da educação e ao auxiliar esses órgãos na construção de políticas públicas, essa atividade pode ser entendida como uma das formas de intervir na realidade social-política e potencializar a promoção de uma sociedade com perspectiva emancipatória e humanizadora.

A importância das relações e dos vínculos que se foram no decorrer da vida acadêmica/profissional perpassa as questões de educação formativa e daí a importância do ato educativo que na perspectiva de Arendt (2010) auxilia a formar homens novos para esse mundo velho e instaurar a possibilidade da ação e do compromisso com o outro e com o mundo.

Na discussão da categoria socialização do conhecimento, além dos encaminhamentos que já realizamos, gostaríamos de retomar a questão do produtivismo acadêmico, ou seja, a maciça produção de artigos científicos as quais todos os pesquisadores se deparam como imperativo para se demonstrar atividade de pesquisa.

Essa questão da produção de artigos foi referida, entendem a necessidade e a importância dessa produção escrita como fruto de reflexão teórica-crítica das pesquisas que realizam e por isso veem a dificuldade de escrever com qualidade seus trabalhos devido ao acúmulo de atividades que desempenham na instituição.

Alguns deles expressaram que vivemos em pleno produtivismo acadêmico e a UNEMAT querendo consolidar-se como instituição precisa atingir objetivos de produção de escrita como demonstrativo de pesquisas realizadas pelos profissionais e assim aumentar o número de cursos de mestrado e doutorado na instituição.

Preocupamo-nos nesse instante de uma maneira mais ampla que não remete a pensar somente a UNEMAT, mas todas as IES, com a questão de concretizar e acentuar uma lógica de professores-pesquisadores que sem tempo para refletir sobre sua atividade de pesquisador passa a ser sujeitos “eichman⁸” do conhecimento, ou seja, sujeitos que não são “maus” na visão da sociedade, pois só estão a cumprir e seguir uma lógica dada pelo “sistema” e como “precisam” (sobre) viver nesta sociedade, acatam as “ordens” que lhes são dadas.

Se a sociedade do conhecimento continuar a pautar-se numa economia do conhecimento que “obriga” os pesquisadores a formatarem-se a esse sistema, poderá estar incentivando a produção de “eichman” do conhecimento. Esses sujeitos caracterizam-se por serem apáticos, vazios de discussão e interesse político. São sujeitos que não querem se comprometer e expõem-se, pois não sabem o que estão criticando com a produção do conhecimento que realizam. Ou, outro perfil a se considerar, diz respeito àquele pesquisador que pela sua atividade de pesquisa e pela sua escrita crítico-reflexiva, é “perseguido”.

A interiorização de que realmente não estamos fazendo “nada de errado” ao assumirmos essa lógica de produtivismo acadêmico sem refletir sobre ela é que nos preocupa. Ao aceitarmos e nos tornarmos os rebeldes conformistas, não ousamos uma contra-hegemonia e acabamos a nos tornar “eichman do conhecimento”.

Na contramão deste produtivismo acadêmico, encontramos nos professores-pesquisadores com os quais conversamos sinalizações de rebeldes competentes preocupados, a maioria deles, em criticar esse contexto amplo de sociedade e apostar na responsabilidade da Universidade, pela atividade da pesquisa comprometida com o local e com a realidade,

⁸ Eichman é um indivíduo referido em vários escritos de Arendt por ser um personagem que propagou uma das cenas mais abomináveis da história da humanidade na ocasião da segunda guerra mundial: era o responsável por dar a ordem de matar. Na ocasião de seu julgamento, o que mais impressionava Arendt, era a aparência de um sujeito que de certo modo era desprovido de pensamento, de criticidade e capacidade de reflexão. Para mais detalhes, consultar as obras *Origens do totalitarismo* e *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* da referida autora.

preocupada em conhecê-la, compreendê-la e assim, provocar possibilidades de mudança. Nesse sentido, a deia de rebeldes competentes pressupõe o fortalecimento de autorias democráticas articuladas com a potencialização de espaços públicos, espaços vibrantes que reforcem a vivência de valores democráticos, como a liberdade e a igualdade.

Consideramos que os professores-pesquisadores podem contribuir com a potencialização da Universidade com responsabilidade social e política à medida que são valorizados, incentivados na qualificação profissional e na realização das suas pesquisas com condições concretas que garantam o custeio das necessidades básicas para a efetivação do seu trabalho.

Também potencializam a construção de uma Universidade com responsabilidade social e política quando se inserem com a sociedade/na sociedade através dos grupos de pesquisa, interdisciplinares, heterogêneos, formados pelos diferentes componentes, o que auxilia um olhar global sobre a realidade e possibilita articulações em setores da sociedade considerados instâncias democráticas do Estado.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

BIANCHETTI, Lucídio. Os dilemas do coordenador de programa de pós-graduação: entre o burocrático-administrativo e o acadêmico pedagógico. BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). **Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2009.

CARNEIRO, Maria Helena da Silva. Trabalho docente e saberes experienciais. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Cleide Maria Quevedo. (Orgs.). **Docentes para a educação superior: Processos formativos**. São Paulo: Papirus, 2010.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade pública sobre nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Anped, n. 24, São Paulo, out. 2003.

CONEPE. **Resolução nº. 85/2007**. Disponível em: <http://www.unemat.br/legislacao/index.php> Acesso em: 29 abr. 2011.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

GAMBOA, Sílvio Sanchez. A pesquisa na construção da universidade: compromisso com a aldeia num mundo globalizado. LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados, 1999.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de grupos e redes de intercâmbio em pesquisa educacional: dialogia e qualidade. **Revista Brasileira de Educação**. n. 30. Set./out./nov./dez. 2005.

GENRO, Maria Elly Herz. Universidade mercantilismo e cidadania. **Textual**. p. 29-34, nov. 2002.

GOERGEN, Pedro. Universidade e responsabilidade social. LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Temas de pesquisa em educação**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

HORTA, José Silverio Baia; MORAES, Maria Célia Marcondes de. O sistema capes de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.). **Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2009.

LEITE, Denise. Modelos Institucionais, avaliação e isomorfismos. RISTOFF, Dilvo e SEVEGNANI, Palmira. **Modelos institucionais de educação superior**: Coleção Educação Superior em Debate, v. 7, Brasília: INEP, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MACHADO, Ana Maria Netto; BIANCHETTI, Lucídio. (Des) fetichização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **RAE**. São Paulo: v. 51 n. 3 maio/ jun. 2011.

MOCELIN, Daniel Gustavo; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Formação de grupos de pesquisa e prática de pesquisa em grupo. MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**: Glossário. v. 2. Brasília: Inep/Mec, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. BITTAR, Mariluce. Políticas públicas. MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**: Glossário. v. 2. Brasília: Inep/Mec, 2006.

PLANO de desenvolvimento institucional 2008-2014. 2008. Disponível em: http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/consuni/2298_res_consuni_17_2008.pdf . Acesso em: 29 abr. 2011.

SAMPAIO, Jorge Hamilton; FREITAS, Marta Helena. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – és tu a universidade que estava por vir ou esperamos outra? FREITAS, Lêda Gonçalves, CUNHA FILHO, José Leão da; MARIZ, Ricardo Spindola (Orgs.). **Educação superior**: princípios, finalidades do ensino e formação continuada de professores. Brasília: Liber Livro, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: S/E, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

